

Reichmann teme que Congresso mude Plano

O coordenador da Divisão Atlântico Sul do FMI, Thomas Reichmann, qualificou ontem o Plano Econômico do Governo Collor de "ambicioso, expressivo e com um grau de credibilidade junto aos agentes econômicos distinto dos programas anteriores", mas demonstrou preocupação quanto a eventuais mudanças de rumos impostas pelo Congresso Nacional. Ele manteve ontem sua primeira reunião de trabalho com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, quando demonstrou interesse em saber os riscos de retorno da indexação salarial e do cenário de inflação elevada.

Reichmann está no Brasil desde o início do mês à frente da missão do Fundo que negociará as bases do primeiro acordo com o novo Governo. A reunião de ontem foi preliminar, devido a compromissos da ministra, e será retomada hoje. "O encontro foi muito interessante e provei-

toso, mas é cedo para anunciar qualquer conclusão", disse o representante do FMI, à saída do Ministério. Ele está satisfeito com a colaboração que tem recebido das autoridades brasileiras.

CONFIANÇA

Numa avaliação positiva do Plano Econômico, Reichmann elogiou o "esforço considerável" do Governo brasileiro para estabilizar a economia e disse ter notado grande demonstração de confiança da sociedade em relação ao êxito do programa. Apesar disso, ele levantou questionamentos técnicos sobre as bases em que se sustentam a estabilização atual e a queda definitiva da inflação a curto prazo.

Os entendimentos do Governo brasileiro com o FMI permitirão a assinatura, até outubro, de um acordo **stand by** (provisório) com a instituição. Com isso, o Brasil

se credenciará a um empréstimo ponte, para entrada de dinheiro novo, que se somará à cota de saque a que o País tem direito, como sócio do FMI, de 1,4 bilhão de dólares.

Paralelamente às negociações com a missão do Fundo, o Governo brasileiro começou ontem a convidar os 30 maiores bancos comerciais credores para virem a Brasília, individualmente, entabular consultas para a renegociação da dívida externa do País. Esse processo será estendido às agências oficiais de crédito dos países a quem o Brasil deve. Zélia acredita, com isso, poder avançar nas diversas frentes "sempre com o espírito de buscar acordos viáveis, que não nos levem, como no passado, à inadimplência reiterada". Mas ela negou que essa atitude seja uma recusa ao comitê assessor dos bancos credores. "Antes, é uma procura de enriquecimento do diálogo", disse.

ANTONIO CUNHA



Numa avaliação positiva, Reichmann achou o Plano ambicioso